

## Ascetismo jesuítico e disciplina escolar\*

*Norberto Dallabrida*

Universidade do Estado de Santa Catarina

### Resumo

O artigo propõe-se analisar as operações de distribuição e avaliação do conhecimento escolar implementadas no Ginásio Catarinense, sob a direção e a docência de padres jesuítas, entre 1906 e o início dos anos trinta. A maquinaria escolar jesuítica, baseada na "Ratio Studiorum" – método pedagógico formulado no bojo da "Contra-Reforma" e reestruturado no século XIX –, colocava em marcha dispositivos disciplinares tais como o controle do espaço, a escanção do tempo, o exercício regular, a emulação, o sistema de premiação, a vigilância panóptica, os castigos modernos. Essa disci-

### Abstract

The article proposes to analyze the distribution and evaluation operations of school knowledge implemented at Ginásio Catarinense under the Jesuit priests direction and teaching, between 1906 and the beginning of 1930's. The Jesuitical school machinery, based on "Ratio Studiorum" - pedagogical method formulated at the apogee of "Counter-Reform" and restructured in the 19th century - put in course disciplinary disposals, as space control, time division, regular exercise, induced competition, prize system, extensive vigilance, modern punishments. This school discipline tried to produce well-

---

\* Jesuitical asceticism and school discipline

plina escolar procurava produzir sujeitos morigerados, produtivos e regulados das elites catarinenses e do sexo masculino, contribuindo para reproduzir a desigualdade social.

educated, productive and regulated persons from Catarinense high class and from male sex, contributing to reproduce the social difference.

**Palavras-chave:** Ginásio Catarinense, jesuíta, elite.

**Keywords:** Ginásio Catarinense, jesuit, high classe.

**E**ste trabalho trata dos dispositivos didáticos de distribuição e avaliação do conhecimento escolar colocados em prática no Ginásio Catarinense, localizado em Florianópolis – Santa Catarina e dirigido pela Companhia de Jesus, entre 1906 – ano de sua fundação – e o início dos anos trinta. Os padres jesuítas que dirigiam o colégio eram herdeiros de uma vigorosa tradição pedagógicas inventada na conjunção das reformas religiosas e das guerras de religião do século XVI. Para fazer frente à expansão escolar protestante, os discípulos de Inácio de Loyola estabeleceram uma extensa rede de colégios e, para mantê-la uniforme, instituíram novo método pedagógico, a “Ratio Studiorum”, que além de definir critérios para recortar e organizar o conhecimento escolar, destacou-se pela proposição de uma “maquinaria escolar”<sup>1</sup> que visava manufaturar católicos fiéis e obedientes.

O êxito alcançado pela Companhia de Jesus na educação escolar deve-se em boa parte à implementação regular e uniforme de estratégias e táticas de disciplinamento escolar. Entre as estratégias de “governo” de condutas e de produção de subjetividades definidas na “Ratio”, pode-se destacar o incitamento à atividade permanente do corpo discente, o controle do espaço, a escanção do tempo, a separação dos alunos em classes e grupos, a emulação, a classificação e premiação, a individualização das carreiras escolares.<sup>2</sup> Assim, a “Ratio Studiorum” foi o discurso pedagógico fundador do catolicismo tridentino, sendo adotado e adaptado por outras congregações religiosas, como por exemplo os escolápios e os lassalistas.

<sup>1</sup> O conceito de maquinaria escolar, de inspiração foucaultiana, é cunhado pelos sociólogos Julia Varela e Fernando Álvarez-Uría para indicar os novos dispositivos escolares que foram inventados no início da Idade Moderna. VARELA, J.; ALVAREZ-URÍA, F. La Maquinaria Escolar. In: \_\_\_\_\_. *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1991. p.13-54.;

<sup>2</sup> Sobre a “Ratio Studiorum” e os colégios jesuítas no Antigo Regime, Cf. VARELA.1983; ALVAREZ-URÍA, 1998; DALLABRIDA, 2001.

No início do século XIX, com a “restauração” da Companhia de Jesus, a “Ratio Studiorum” foi reinventada para responder aos sinais dos tempos da nascente sociedade burguesa e disciplinar. A maquinaria escolar jesuítica definida na “Ratio Studiorum” foi mantida e esmerilhada pelos dispositivos disciplinares dos oitocentos para continuar formando sujeitos letrados e católicos. Entre os mecanismos de refinamento da “disciplina-mecanismo”, pode-se destacar a criação do colégio-internato, o estabelecimento de pequenas classes, a intensificação da individualização das carreiras escolares e a eliminação gradual dos castigos corporais. A incrementação dos instrumentos panópticos para moldar a alma, bem como a proibição expressa das punições no corpo não foram peremptórias, mas desdobraram-se ao longo do século XIX.

Os jesuítas alemães que imigraram para o Brasil desde meados do século XIX para dirigir colégios de ensino secundário, transplantaram a tradição pedagógica da “Ratio Studiorum”. No Ginásio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, primeiro colégio da missão jesuítica alemã no sul do Brasil, foram introduzidas práticas de regulação escolar pautadas pela “Ratio”, que seriam disseminadas com a expansão de colégios jesuítas. No início do século XX, quando foi fundado o Ginásio Catarinense, os mecanismos disciplinares da Companhia de Jesus estavam implantados em vários colégios rio-grandenses, sendo aceitos e desejados pelas novas elites burguesas brasileiras, que procuravam produzir-se e reproduzir-se pela escolarização de seus filhos.

A maquinaria escolar jesuítica do Ginásio Catarinense procurava educar muito mais por meio de mecanismos de incitamento do que através de formas de repressão. Colocava em marcha dispositivos didáticos de “controle-estimulação”, que investiam sobre o corpo dos estudantes, de modo que fossem impelidos à ação de forma regular e constante. Por meio da exercitação permanente ou da “coerção sem folga”, não permitia a letargia e transformava os alunos em agentes ativos da aprendizagem, fixando-os no aparelho produtivo escolar. O investimento didático permanente procurava transformar a massa estudantil num corpo discente mais produtivo possível e obediente às regulamentações e normas escolares.

A otimização do espaço escolar envolvia as operações de segregação, quadriculamento, utilização e distribuição hierarquizada e seriada.

O Ginásio Catarinense foi implantado como instituto de ensino secundário com os regimes de externato, semi-internato e internato, como era praxe nos colégios jesuíticos nos séculos XIX e XX. Havia clara intenção de enclausurar os alunos nos muros do colégio e fixá-los o máximo possível no aparelho escolar, procurando afastá-los da família e da sociedade. O colégio procurava sobremaneira quadricular o espaço ginásial, implementando a máxima foucaultiana “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”. Para tanto, os alunos eram classificados em regimes, divisões e classes, ocupando lugares específicos no espaço escolar e, desta forma, passíveis de rápida localização e identificação. Os alunos eram separados, de acordo com a idade, em divisões ou unidades escolares: a primeira divisão reunia “os maiores”, que freqüentavam os dois últimos anos do ginásio, e a segunda congregava “os menores”, que pertenciam aos três primeiros anos do curso secundário. Na seriação ginásial, os alunos eram divididos em classes: no início em seis, mas, a partir do início da década de dez, foram reduzidas para cinco. Cada classe ocupava uma sala de aula específica que, pelo fato de não ser grande, facilitava o reconhecimento e controle dos alunos.

A ocupação do espaço escolar pelas divisões, classes e indivíduos era determinada pelo corpo dirigente do colégio, que proporcionava a constituição do espaço útil e rigorosamente funcional, evitando desperdícios e indecisões. Nas salas de aula, os lugares nas carteiras eram determinados pelos respectivos regentes das classes, que ordenavam as pequenas turmas, evitando a proximidade de alunos que pudessem provocar desordem. Os pátios específicos das divisões eram administrados pelos respectivos prefeitos ou inspetores e supervisionados pelo prefeito geral, que era responsável pela distribuição do espaço do colégio. No internato, o prefeito de cada divisão também deveria definir os lugares fixos de cada aluno na sala de estudos, no refeitório, no dormitório e na capela.<sup>3</sup>

Os deslocamentos para os diversos ambientes do colégio eram feitos em filas, rigorosamente organizadas e vigiadas pelo corpo diretivo do colégio, que, para evitar desordens, estabelecia “ordem fixa nas fileiras”. No início de cada aula, eram feitas fileiras para o ingresso nas

<sup>3</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921. p.40. Trata-se do inciso “g” do art.254.

salas de aula, a partir do tamanho crescente dos alunos. No internato, as entradas e saídas dos lugares em fileiras eram ainda mais estipuladas e detalhadas, procurando o melhor fluxo possível dos internos. O regime disciplinar jesuítico procurava transformar o conjunto de alunos num corpo discente que tivesse suas multiplicidades devidamente organizadas, formando – no dizer de Foucault – um “quadro vivo”. Assim, no interior do colégio os alunos eram emoldurados num quadro em perspectiva, em que o espaço era milimetrado, hierarquizado e utilizado de forma “total”, particularmente no internato.

O controle do tempo era outra peça necessária e importante para o funcionamento eficiente da máquina disciplinar. Segundo a tradição centenária da “Ratio”, no Ginásio Catarinense o tempo era minuciosamente escançado por meio da determinação do calendário e do horário escolar, que previa a realização regular das atividades. O ano escolar era denso e contínuo, sendo coberto por aulas entre os meses de março e novembro, que eram ministradas de segunda-feira a sábado, excetuando os feriados civis e católicos. Jaldyr Faustino da Silva (1978), aluno do colégio na década de vinte, lembra que havia aulas pela manhã e à tarde, não existiam férias na metade do ano e adjetiva o ensino naquela época de “intensivo” e “compacto”, concluindo: “Então aquele ensino maciço em cima da gente fazia com que a gente aprendesse a disciplina, não é, e conhecesse mais sobre a disciplina”.<sup>4</sup>

O dia letivo era de domingos e feriados e nas tardes de terça-feira, quinta-feira e sábado, quando não havia aulas, o horário também era definido, sendo previstos missa, bênção vespertina, momentos de estudo e recreio mais longos.<sup>5</sup>

Além da sua partição cronologicamente exata, o tempo disciplinar do ginásio era, sobretudo, tornado útil e produtivo, procurando “extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis”. A “utilização exaustiva” do tempo vincava o corpo discente, sujeitando-o à rítmica cronológica do aparelho de produção escolar, por meio do incitamento à frequência regular e à pontualidade britânica. Havia sobremaneira preocupação com a frequência dos alunos, pelo fato da pontualidade ser praticamente compulsória nas engrenagens da

<sup>4</sup> SILVA, J. F. Florianópolis, 15 out. 1978. Entrevista concedida a Reinando João Pick.

<sup>5</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. Diário do Prefeito Geral. Florianópolis: [s.n.], v. 2, 1920-4, p.157. Nota. GYMNASIO CATHARINENSE. Manual do Prefeito Geral. Florianópolis: [s.n.], 192. p.35. Nota

maquinaria escolar. No relatório anual, havia um aviso padrão, repetido todos os anos, que lembrava aos pais dos alunos, tanto internos como externos, “os grandes prejuízos” sofridos pelos alunos que não estivessem presentes às aulas desde o primeiro dia, colocando em risco o aproveitamento e a aprovação.

Ademais, para tornar o tempo ainda mais útil, o ensino era dividido em séries sucessivas e progressivas, em que cada uma tinha conteúdos programáticos específicos, subdivididos em unidades detalhadas, formando o programa. Cada série era marcada por uma prova, que tinha as funções de aferir o nível de conhecimento estipulado, assegurar a normalização da aprendizagem e registrar a diferença de desempenho entre os alunos. Assim, o curso secundário era dividido em séries anuais, que eram marcadas pelos exames de promoção, realizados no final de cada ano letivo, e pelo exame de admissão para o ingresso no primeiro ano. Cada série anual era dividida em quatro bimestres, precedidos por provas e balizados por premiações. Estas divisões e subdivisões do curso secundário eram observadas rigorosamente pelo corpo dirigente e docente do colégio, procurando delimitar, transmitir e avaliar recortes de saber específico nas diversas séries.

No entanto, para estar eficiente, a maquinaria escolar não se restringia à otimização disciplinar do espaço e à decomposição e utilização do tempo, mas investia na arte da composição das forças. As diversas peças da engrenagem disciplinar eram organizadas e articuladas para provocar o máximo de obediência e produtividade no corpo discente, evitando processos demorados e indecisos. No colégio havia minuciosa articulação de estratégias e táticas didáticas que proporcionassem o trabalho intenso e intensivo dos professores e alunos, levando o padre prefeito a constatar: “Na vida íntima do Ginásio, a nota fundamental, dominante, sempre sustentada, soa labor. Reforçam-na harmonicamente as que dizem estimulação e vigilância, e até as bem compassadas pausas do recreio”.<sup>6</sup> O ritmo coletivo do colégio era jesuítico, em que o trabalho permanente, regular e pontual era valorizado, sendo compensado nas premiações bimestrais e anuais.

<sup>6</sup> GYMNASIO SANTA CATHARINA. *Relatorio do anno lectivo de 1914*. Florianópolis: [s.n.], 1914. p.16. Na visita que fez ao colégio em 10 de agosto de 1906, o presidente Afonso Pena sugeriu que o lema do colégio fosse “Trabalho e Religião”, Cf. COMUNICAÇÕES DA PROVÍNCIA ALEMÃ. Tradução de Margerete Von Mühlen Poll. Roermond:1905, n. 30, p.214.

O árduo e regular trabalho escolar era obtido pela realização de exercícios constantes e variados, que incitava o estudante a ficar “em estado de alerta permanente”, procurando sujeitar-se continuamente aos ritmos didáticos das práticas discursivas e maquínicas. A realização de exercícios era uma das principais estratégias didáticas colocadas em funcionamento no Ginásio Catarinense, com o intuito de lograr eficácia na transmissão do conhecimento escolar. Os exercícios ativos eram entranhados com regularidade conventual em todas as matérias ginasiais, bem como em outras atividades curriculares. Os “trabalhos regulares na aula”, comuns em todas as disciplinas, procuravam estimular o labor escolar permanente, evitando a passividade, pois como afirma a “Ratio Studiorum” na regra intitulada “exercícios na aula”, comuns a todos os professores, “nada arrefece tanto o fervor dos alunos como o fastio”.

A combinação das forças que incitava ao trabalho ginásial regular devia-se em grande parte ao estabelecimento de um “sistema preciso de comando”, viabilizado pela hierarquia escolar jesuítica. Entre o corpo dirigente, o diretor ocupava o ápice da pirâmide administrativa e pedagógica, sendo seguido pelo prefeito geral – o coordenador executivo do colégio – a quem os inspetores ou prefeitos de cada divisão, regentes de cada classe e professores deviam subordinar-se. Entre os membros da Companhia de Jesus havia divisão de funções entre os padres, que exerciam o magistério, e os chamados irmãos, que geralmente desempenhavam atividades de apoio. Havia uma divisão detalhada de funções didáticas e administrativas, de forma que o corpo discente, separado em divisões e classes, fosse conduzido ao trabalho por um claro código de sinais como toque de sinos, gestos e olhares dos prefeitos ou professores, que dispensavam ordens verbais demoradas.

A hierarquia estava presente entre os alunos, de forma que cada classe tinha o seu bedel, nomeado pelo respectivo regente, e na Escola de Instrução Militar era estabelecido o comando regular da companhia militar, que reforçava a idéia de organização hierárquica. As organizações estudantis como as associações católicas e os times de futebol não tinham autonomia, sendo dirigidas por padres. As Congregações Marianas e o Apostolado da Oração tinham as suas diretorias próprias, mas a direção espiritual era dada pelo clero; os times de futebol elegiam os seus capitães, contudo a autoridade era exercida pelos prefeitos. O comando hierárquico clerical estava entranhado nos diversos segmentos

escolares com o intuito de conduzir o corpo discente à obediência e produção, evitando dissensões e desorientações.

Ademais, o processo de incitamento à produção discente era alimentado pela emulação, uma tradição escolar jesuítica. A “*Ratio Studiorum*” recomendava aos professores jesuítas que procurassem “alimentar uma digna emulação, que é de grande estímulo para os estudos” e previa premiação aos melhores alunos. No século XIX, com o advento da sociedade disciplinar, que aboliria os castigos corporais nos colégios jesuíticos, a emulação e a premiação foram ainda mais tonificadas e aperfeiçoadas. A “digna emulação” era incentivada sutilmente nas classes ginásiais, estabelecendo um clima de constante superação entre todos os alunos, mas particularmente entre internos e externos. Para os padres jesuítas, o estudante ideal era aquele que freqüentava o internato, servindo de modelo para os demais; por isso, quando havia mais de uma classe de um mesmo ano, o critério de divisão era a pertença ao internato, o que explicitava ainda mais o combate intelectual. Desta forma, analisando a premiação de 1924, o prefeito de estudos concluiu: “Os alunos externos emularam dignamente com os internos nos trabalhos escolares, como se pode ver nas páginas atrás. [...] Couberam-lhe, portanto, cinco dos oito lugares de honra que as duas categorias podiam disputar entre si”.<sup>7</sup>

A emulação estava ligada ao sistema de premiação, que concedia solenemente recompensas aos melhores alunos no final do ano letivo e a cada bimestre. Havia duas categorias de prêmios: uma referia-se ao “procedimento” dos alunos e tinha como referência as quatro divisões do corpo discente. Assim, em cada divisão premiava-se o primeiro lugar – “o prêmio de honra” –, alguns “próximos ao premiado” e os “dignos de menção honrosa”. Os critérios de classificação de procedimento eram ligados à conduta dos discentes, como a pontualidade, regularidade, obediência ao regimento, empenho pessoal. A outra categoria levava em conta o desempenho intelectual dos alunos nas “disciplinas-saber”, concedendo prêmios pelo “aproveitamento”. Em cada classe do curso ginásial, premiava-se os alunos “no conjunto das matérias”, destacando o primeiro lugar – “o prêmio de excelência” –, o segundo prêmio e alguns “dignos de menção honrosa” e, em cada disciplina, o primeiro colocado e também aqueles dignos de menção honrosa. As disciplinas facul-

<sup>7</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Relatório*. Florianópolis: [s.n.], 1924. p.75-6.



tativas como música e ginástica e outras atividades como jogos também eram premiadas de forma similar.<sup>8</sup>

O valor econômico dos prêmios, geralmente “livros úteis e belos”, quadros ou medalhas, era pequeno, mas o valor simbólico era muito grande, devido à solenidade que o ritual de premiação recebia. O “solene encerramento dos trabalhos escolares” contava com a presença das autoridades civis, militares e religiosas do Estado de Santa Catarina e de grande parte das elites locais, que tinham olhos atentos aos premiados. O nome dos premiados era amplamente divulgado na imprensa escrita local, começando pelo “relatório do ano letivo”, que o colégio publicava regularmente todos os anos e distribuía entre os seus alunos e familiares. Na década de vinte, os melhores alunos também eram visibilizados no relatório do colégio por meio da publicação de fotos, juntamente com professores. Os periódicos locais, especialmente o jornal *oficioso*, dava ampla cobertura à festa de encerramento, destacando os discursos dos paraninfos, autoridades civis ou eclesiásticas, e o nome dos alunos premiados, geralmente ligados às famílias das elites catarinenses. Os melhores alunos também eram distinguidos pelo fato de integrarem comissões especiais que acompanhavam o padre reitor na recepção de autoridades.<sup>9</sup>

A premiação bimestral, que ocorria em meados dos meses de maio, julho, setembro e novembro, também era devidamente solenizada e divulgada. As sessões, que se realizavam no salão nobre, eram compostas pela leitura e entrega das notas para todas as classes e distribuição dos prêmios, intercaladas por peças musicais e fala final do padre diretor. O ex-aluno Marcílio Medeiros recorda a festa de entrega dos boletins, quando o regente ditava as notas e a classificação: “Fulano de tal, primeiro lugar, nota tanto, fulano de tal, quadragésimo quinto lugar ... Aí era uma gargalhada geral [...] e ele baixava a cabeça. Primeiro lugar,

<sup>8</sup> Na premiação observavam-se as seguintes escalas de notas: a) Procedimento: 10 = excelente, 9 = muito bom, 8 = bom, 7 e 6 = regular, 5 e 4 = não satisfatório e de 3 para baixo = mau; b) Aproveitamento: 10 = excelente, 9 e 8 = muito bom, 7 e 6 = bom, 5 e 4 = regular, 3 e 2 = insuficiente e 1 e zero = mau, cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Boletim de notas do Sr. Yann Corrêa*. Florianópolis. 17 set. 1925.

<sup>9</sup> A comissão que acompanhou o padre diretor para receber o inspetor federal no porto da cidade em 13 de setembro de 1919 era composta pelos primeiros alunos de cada ano. Cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Relatório*. Florianópolis: [s.n.], 1919. p.60

posição de maior destaque, devia ter uma explosão de palmas”.<sup>10</sup> Os alunos que tivessem tido o melhor desempenho em cada disciplina e por comportamento recebiam como prêmio um cartão e aqueles que conseguiram o maior número de cartões conquistavam o banco de honra. Assim, a espetacularização da entrega dos prêmios anuais e bimestrais tinha uma nítida função estimuladora, introjetando nos alunos o desejo de superar os adversários e superar-se.

Ademais, a cada quinze dias, os alunos externos recebiam um boletim referente ao comportamento e aplicação, em forma de cartão, que deveria ser assinado pelo pai e devolvido ao professor, provavelmente o regente. As cores dos cartões indicavam a classificação do aluno: rosa = excelente, 10 pontos; verde = muito bom, 9 pontos; azul = bom, 8 pontos; roxo = regular, 7,6; creme = não satisfatório, 5,4 e branco = mau, até 3 pontos. Os alunos internos eram classificados de forma similar toda a semana, em que os resultados eram divulgados aos sábados, indicando maior regulação das condutas no regime de internato.<sup>11</sup> O binômio emulação e premiação não estava isolado nas sessões bimestrais e anual, mas estava entranhado no cotidiano escolar, incitando alunos ou pequenos grupos a superar o adversário e conquistar pequenas recompensas. Nos dias de festa, os jogos eram realizados num clima de disputa acirrada, tendo como recompensa prêmios pequenos e diversos.

No entanto, para a maquinaria escolar tornar-se eficaz, o intenso e regular ritmo coletivo de trabalho era alternado com pausas produtivas ou “meios recreativos ordenados a enganar o sentimento da labuta”. Durante o dia, além dos intervalos de dez minutos entre as aulas, havia os recreios maiores de manhã, ao meio-dia e de tarde, em que os alunos eram estimulados a participar ou assistir jogos. Na década de vinte, o regimento interno determinava que durante os recreios os alunos deveriam participar de jogos, exceto em caso de licença médica ou de castigo, e estavam proibidos de ler e estudar.<sup>12</sup> Em 1924, o cronista do colégio constatava: “Nos últimos meses o jogo nos recreios maiores foi declara-

<sup>10</sup> MEDEIROS, J. S. Florianópolis, 2 out. 2000. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida.

<sup>11</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921. p.15-6. Trata-se dos artigos 85 e 92.

<sup>12</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921. p.12 e 15. Trata-se dos artigos 46, 54 e 81.

do obrigatório, o que trouxe bastante movimento à rapaziada e fez com que desaparecessem das colunas do galpão e dos passeios quase por completo aquelas galerias de caras sonolentas e aborrecidas”.<sup>13</sup> Durante a semana, além da sagrada pausa dominical, não havia aulas nas tardes de terças-feiras, quintas-feiras e sábados e, ao longo do ano, além dos feriados obrigatórios, o colégio programava feriados específicos e oportunos.

As festas escolares eram outro momento de ruptura da rotina de aulas e estudos, sendo realizadas por motivos cívicos, católicos e especificamente jesuíticos. Entre as efemérides cívicas nacionais, festejava-se regularmente os dias de aniversário da emancipação política do Brasil e da proclamação da República, bem como o dia da Bandeira, a queda da Bastilha, o dia de Tiradentes, a abolição da escravidão e a “descoberta” da América. Entre as festas católicas, a mais comemorada era a Páscoa, sendo preparada pela quaresma e principalmente pelos três dias que a antecediam, quando as aulas eram suspensas. Ademais, realizavam-se festas próprias da cultura escolar jesuítica, como a festa de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, celebrada no dia 31 de julho. Mas, entre o corpo discente, a festa mais solenizada era a de São Luiz Gonzaga, realizada no dia 21 de junho, cujo santo era considerado “o protetor da mocidade estudiosa” e apresentado como modelo de estudante católico.

A disciplina escolar era proporcionada também pelo estímulo à participação de atos religiosos tais como devoções, adorações, missas, recebimento de sacramentos, conferências, retiros espirituais, reuniões de associações católicas. Os alunos internos que professavam a religião católica eram obrigados a acompanhar as atividades católicas que constavam do horário,<sup>14</sup> começando pela missa, que era a primeira atividade diária do internato. Articulada com a missa, a confissão e a comunhão eram feitas de forma regular, pelo fato de as práticas sacramentais serem muito valorizadas pelo catolicismo romanizado. Os alunos menores recebiam solenemente a primeira comunhão, antecedida pela catequese preparatória, os maiores a crisma, solenizada pela presença do bispo diocesano, e houve também alguns casos de batismos tardios.

<sup>13</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Relatório*. Florianópolis: [s.n.], 1924. p.71.

<sup>14</sup> Artigo 68 do Regimento Interno rezava: “Não pode ficar no internato aluno católico que não cumprir com os deveres essenciais religiosos.” Cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921. p.15.

As devoções mais fomentadas entre os estudantes eram as do Sagrado Coração de Jesus, realizadas no mês de junho, e aquelas de caráter mariano, feitas nas efemérides que celebravam a mãe de Jesus e no mês de maio. Além das aulas de religião, ministradas em todas as séries ginasiais, os estudantes participavam de conferências com temas católicos, às vezes dadas por um padre visitante. Na década de vinte, os alunos passaram a participar de retiros espirituais de três dias, pregados pelos próprios padres jesuítas ou por membros ilustrados do clero.<sup>15</sup> Calçados nos “Exercícios Espirituais” do fundador da Companhia de Jesus, nos dias de retiro os padres jesuítas procuravam produzir reflexão singular no sentido de converter os estudantes ao catolicismo.

No entanto, a educação católica mais sofisticada e eficaz era proporcionada pelas associações católicas como a Congregação Mariana e o Apostolado da Oração. Nas duas divisões do internato, a Congregação Mariana foi erigida em 8 de setembro de 1909 e, no ano seguinte, foi fundada a congregação entre a primeira divisão dos externos. Na segunda divisão dos alunos externos – formada por alunos até o terceiro ano ginasial – os padres jesuítas fundaram o Apostolado da Oração, mas somente na segunda metade da década de vinte. Desta forma, cada uma das quatro divisões do colégio tinha a sua associação religiosa, com direção e programação próprias, que procurava aprofundar o conhecimento doutrinário católico e fazer obra apostólica interna, contribuindo para estabelecer a regulação da vida ginasial. Os congregados marianos e os membros do Apostolado da Oração constituíam uma elite religiosa no interior do colégio, que deveria ser fermento na massa estudantil.

Para alcançar produção e obediência do corpo discente, a maquiaria escolar jesuítica implementou estratégias e táticas de vigilância que investissem sobre a totalidade da vida dos estudantes. Além da avaliação intelectual das disciplinas, aferida nas diversas provas e exames exigidos pela legislação nacional, esquadrihava-se constantemente o comportamento escolar dos alunos, tanto em relação ao seu desempenho na aprendizagem dos saberes ginasiais como no tocante à conduta na interiorização do padrão normalizador vigente. O olhar sobre todos e cada um dos alunos procurava ver todas as suas atitudes em todos os

<sup>15</sup> Cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 1924. p.85. Nota. Em 1922, o retiro dos alunos foi pregado pelo Padre Jayme Câmara, egresso do próprio colégio e vigário da catedral de Florianópolis, que mais tarde se tornaria cardeal do Rio de Janeiro.

espaços do colégio, como as salas de aula e os pátios, bem como fora dele, nos diversos lugares da cidade. Mesmo que não houvesse o olho de um professor ou inspetor, os alunos deveriam viver sempre com a expectativa da vigilância permanente, comportando-se como se houvesse um olhar invisível, feito um anjo da guarda às avessas.

No interior das salas de aula, a observação permanente era realizada pelo professor, que, da sua cadeira, localizada no estrado, poderia visualizar cada um dos alunos. Cada classe tinha um professor regente, cujo papel era “velar sobre o espírito da classe”, e para tanto tinha o dever de controlar as faltas e suas justificativas, as notas dos alunos e nomear o seu bedel.<sup>16</sup> Graças à presença dos professores e atuação dos regentes e bedéis, bem como pelo fato das turmas serem pequenas, a vigilância nas salas de aula era geralmente eficaz. Cada divisão era guardada pelo seu prefeito ou inspetor, que procurava vigiar os seus alunos nos espaços específicos que eles freqüentavam, como o pátio e, no caso dos internos, a sala de estudos, a sala de jogos. Os prefeitos acompanhavam os alunos na entrada e saída das aulas e assistiam-nos durante os recreios. No entanto, os prefeitos dos internos acompanhavam a sua divisão todas as horas do dia e todos os dias da semana, tornando-se presença permanente nas salas de estudo, refeitório, dormitório, nos jogos, passeios. Em todos os ambientes que freqüentavam, os internos eram zelosamente vigiados pelos prefeitos, que deveriam ter bons e atentos olhos.<sup>17</sup> Por outro lado, os prefeitos das divisões dos externos, além de acompanhar os recreios no colégio, fiscalizavam a sua conduta nas vias e lugares públicos.

A atuação panóptica do prefeito geral extrapolava os muros do colégio, procurando velar o comportamento dos alunos na cidade de Florianópolis. Os alunos que freqüentavam o colégio eram proibidos de morar em repúblicas ou casas de pensão, devendo escolher entre o internato ou casa de família de parentes ou amigos. Havia preocupação com a vigilância dos internos quando saíam do colégio, geralmente acompanhados pelos prefeitos ou correspondentes – responsáveis pelos alu-

<sup>16</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921. p.39. Trata-se do “capítulo XXI – Dos regentes”.

<sup>17</sup> Cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 22 jul. 1924. p.190. Nota. A importância do olhar do prefeito é constatada pelo prefeito geral: “O Pe. Kessler com a luz elétrica não enxerga no estudo. Daí veio bastante desordem e tenho que castigar severamente uns 4 ou 5. O Pe. deve ser substituído à noite [...]”.

nos na cidade. Nas saídas coletivas, geralmente para funções litúrgicas na catedral, nas manifestações cívicas ou assistência de evento esportivo, os internos eram acompanhados pelos prefeitos.<sup>18</sup> Quando o interno chegava na cidade, deveria apresentar-se ao diretor no mesmo dia, sendo proibido de dormir na cidade.<sup>19</sup> Nas saídas dominicais, os internos deveriam estar uniformizados e não podiam assistir a determinadas peças de teatro e a sessões de cinema. No ambiente externo ao colégio, o panoptismo não se restringia à ação dos padres jesuítas, mas incluía os olhares dos próprios alunos, vizinhos ou conhecidos, dos jornais da cidade e até da polícia<sup>20</sup>.

Em verdade, a vigilância ginásial não se restringia ao grupo especializado, formado pelos prefeitos de divisão e prefeito geral, mas era feita por uma rede que transversalizava o cotidiano escolar, em que todos eram “fiscais perpetuamente fiscalizados”. Estabelecia-se, desta forma, uma vigilância piramidal, que colocava em funcionamento uma teia anônima e múltipla de relações de baixo para cima e do topo para a base. Nesta economia de poder, tanto a função de diretor como a de porteiro dos alunos tinham importância na materialização da “pirâmide de olhares”, participando do exercício de poder na vida cotidiana.

A disposição espacial e arquitetônica do colégio era um dos elementos curriculares mais importantes que concorriam para a materialização da vigilância panóptica. Nas salas de aula, a vigilância do professor era viabilizada pelo tamanho diminuto das salas, que acolhia pequenas classes, adequada distribuição dos alunos nos bancos e pelo fato de o professor estar localizado no estrado tanto quando estava sentado à mesa como quando fazia uso do quadro. O estabelecimento dos lugares fixos nos bancos, que eram ocupados por dois alunos, e a disposição dos bancos em fileiras tornavam o ambiente da sala de aula fami-

<sup>18</sup> Sobre a participação dos internos na cerimônia da semana santa de 1925, o prefeito geral registrou: “Por mau comportamento na catedral 5 pequenos (estes estiveram em cima) e 1 grande perderam pontos e durante vários dias a sobremesa”. Cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 1925. v. 3, p.24. Nota.

<sup>19</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Relatório*. Florianópolis: A Phenix, 1918. p.3.

<sup>20</sup> Em 1919, para investigar a presença de internos em casa de prostituição, o prefeito geral acionou a polícia e buscou informantes, como ele mesmo relata: “Falei com o Delegado de Polícia 1º pedindo que fiscalizasse nos domingos de sábado os alumnos a respeito das casas más (Elle mandará vir as ‘chaveiras’ para lhes prohibir dessem admissão aos alumnos e me indicará os alumnos que forem)”. Cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis: [s.n.], 1918-20. v. 1, p.67. Nota.

liar ao professor, que detectava rapidamente qualquer anormalidade. O estrado assemelhava-se à torre “benthamiana”, na medida em que o olhar do professor podia controlar toda a sala mas ele também era observado pelos alunos. Nas salas de estudo das divisões do internato eram utilizados os mesmos elementos arquitetônicos de vigilância.

A vigilância panóptica e a cultura do exame exigiam registro escrito das atitudes de cada aluno, formando arquivos detalhados e minuciosos. No plano das aulas, a descritibilidade era feita pelo professor de cada disciplina, que registrava no “diário de aula” as presenças e faltas dos alunos, exercícios realizados, notas de arguições, sabatinas e provas bimestrais, a conduta dos alunos e os castigos.<sup>21</sup> O regente de cada turma tinha a incumbência de escrever os boletins bimestrais, isto é, classificar os alunos, destacando o primeiro colocado e alguns dignos de menção honrosa, e “redigir e entregar ao prefeito de estudos no fim do ano para o relatório a lista contendo os premiados e todos os alunos na ordem do número de pontos”.<sup>22</sup> O prefeito geral registrava diariamente os principais acontecimentos do colégio, individualizando ainda mais fatos de cunho disciplinar, como as faltas e suas respectivas punições. O acúmulo e a organização destes boletins e relatórios parciais geravam a contabilidade geral do colégio, que era divulgada regularmente no “relatório”, publicação anual que radiografava o fluxo do ano escolar.

A vigilância panóptica e sobremaneira o exame, bem como a sua acumulação documentária, concorriam para a individualização discente, pois cada aluno era transformado num “caso”, objeto de descrição, mensuração, classificação e comparação. Cada aluno estava sujeito ao sistema geral de contagem de pontos que classificava o desempenho do corpo discente nas provas bimestrais, nas médias anuais e nos exames finais e a conduta escolar no cotidiano escolar. Na escola disciplinar, a individualização era “descendente”, pois “à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados”.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> No regimento de 1921, ver o artigo 15. Cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921. p.7.

<sup>22</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921. p.39. Trata-se do artigo 252.

<sup>23</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1993. p.171.

A maquinaria escolar jesuítica operava por incitamentos exaustivos, vigilância panóptica, exame contínuo, mas também por castigos, cuja função era normalizar. As punições faziam parte da lógica da cultura escolar panóptica e examinatória, pois, ao qualificar e classificar os alunos, a prática disciplinar produzia tanto a premiação como a punição. Os castigos disciplinares eram provenientes do desrespeito às leis definidas no regimento do colégio, mas também oriundas do desvio da norma, que se manifestava na falta de cumprimento da ordem estabelecida. A escola disciplinar não aplicava castigos fatais e solenes, mas executava uma micropunição silenciosa e anônima, que envolvia atos inadequados, como o uso indevido do tempo, a realização imprópria do trabalho, a incorreta maneira de ser, as falas inoportunas, o insatisfatório uso do corpo e da sexualidade, entre outros. Mais do que vingança ao descumprimento da lei e da norma, a punição era correção do comportamento desviante e, por isso, era colocada na dinâmica do exercício.

Os castigos eram proporcionais à gravidade dos desvios e incluíam desde penalidades mais comuns e simples como privações ligeiras, perda de pontos na contabilidade do comportamento e pequenas humilhações até a suspensão, a reprovação e, em alguns casos, a expulsão. Os castigos recaíam de modo especial na perda de fatos e coisas prazerosas, como o recreio e, no caso dos internos, a saída mensal ou a sobremesa, evitando-se que o aluno fosse punido com o desligamento das aulas e mesmo privado do intervalo entre as aulas, considerado “medida higiênica”, pois a máquina escolar atuava no sentido de seqüestrar e fixar o aluno no trabalho escolar. Contudo, os castigos que pontuavam o cotidiano escolar eram muitíssimo raramente citados nos relatórios anuais do colégio, que destacavam as premiações, mas anotados nos diários dos prefeitos gerais, que faziam parte do registro minucioso e permanente.

Os castigos mais leves como a repreensão, a exclusão das aulas e a retenção do aluno após as aulas, geralmente acompanhados pela tarefa de cópia, podiam ser aplicados pelos professores e deveriam ser anotados no “diário da aula”. A prisão do aluno no final das aulas era de responsabilidade do professor que determinava a pena e, sem a autorização do prefeito geral, não poderia ser superior a uma hora.<sup>24</sup> Os motivos da reclusão eram diversos e, de acordo com a gravidade da fal-

<sup>24</sup>GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921, artigo 46. GYMNASIO CATHARINENSE. *Manual do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 1922. p.3-4. Nota.



ta, estipulava-se o tempo do castigo. Em 15 de maio de 1919, o prefeito geral puniu dez dos doze alunos que não justificaram ausência nos exercícios militares no feriado de 13 de maio, determinando que deveriam ficar presos por duas horas.<sup>25</sup> No romance “O garoto e a cidade”, o personagem Sílvio recorda que no Ginásio Catarinense enchia páginas com o seguinte: “Eu não devo agredir meus professores como um animal”.<sup>26</sup>

“Parede”, castigo que estava legislado no regimento interno, implicava também no recebimento de faltas no período em que era aplicado.<sup>27</sup> Os diários do padre prefeito registram esta punição com bastante freqüência e por diversificados motivos sob o nome de “silêncio”, que consistia na proibição de falar e ficar encostado numa coluna do galpão principal e durava entre meio e três dias. A abstinência da palavra falada nos recreios e jogos significava regime de silêncio total, pois as aulas e as atividades escolares geralmente eram feitas sem conversas. O ex-aluno Osvaldo Rodrigues Cabral, que estava de castigo junto com o colega Cegonha na festa do padre reitor, relata: “Nesse dia, o Cegonha tinha licença para sair do silêncio. Ia também disputar [nos jogos] o seu santinho ... Eu não! Permanecia encostado no muro, no silêncio, apreciava de longe os jogos. Não chegava, para o rebelde, o capilé ...”.<sup>28</sup>

As faltas mais graves, especialmente aquelas ligadas à insubordinação e à imoralidade, eram punidas com a suspensão das aulas por um ou dois anos ou com a expulsão do colégio. Indesejada pelos padres jesuítas e pelos pais dos alunos, a expulsão convertia-se no último recurso para garantir a normalização da maquinaria disciplinar. O número de expulsões foi, de fato, muito reduzido e os motivos das expulsões estavam sempre ligados a atos de desobediência, como o desacato da autoridade do prefeito geral ou o acúmulo de desobediências, e atos considerados imorais, como conversas proi-

<sup>25</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 1918-20. v. 1, p.52. Nota.

<sup>26</sup> BARBOSA, R. *O garoto e a cidade*: Florianópolis nos anos 20. Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social, 1979. p.128.

<sup>27</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921. p.12. Trata-se do artigo 49.

<sup>28</sup> CABRAL, O. R. *Páginas de um livro de memórias*. Florianópolis: UFSC, 1993. p.27.

bidas e roubos de objetos e dos pontos de exames.<sup>29</sup> Ademais, embora muito excepcionalmente, os castigos corporais ainda foram empregados em alguns alunos, especialmente aqueles que freqüentavam os cursos preliminares e os primeiros anos do curso ginásial.

A implementação da maquinaria jesuítica, com sua teia de imposições e castigos, sofria resistências, que geralmente eram individuais e capilares, mas às vezes tomavam forma coletiva e direta. Como em todas as instituições disciplinares, no Ginásio Catarinense manifestava-se uma resistência passiva, que em vez de contrapor-se abertamente aos dispositivos disciplinares, exprimia-se por meio da negação silenciosa e sutil, que geralmente não era registrada nos documentos oficiais. A recusa de ir às aulas ou as chegadas tardias podem ser lidas como pequenas revoltas contra a rigorosa regulação escolar, como fica claro no registro do prefeito geral: “Quatro quintanistas vieram tarde à primeira aula. Parece que se tratava de mais uma greve; [...] vendo-a fracassar, julgaram melhor vir às aulas”.<sup>30</sup> Os autodesligamentos do colégio ou do internato, que não foram poucos, expressavam recusa anônima do regime disciplinar.

Às vezes, a resistência expressava-se de forma direta e aberta contra os professores ou a direção do colégio. Embora muito raramente, nas aulas os alunos manifestavam seu descontentamento para com o professor por meio de vaia ou o arrastar de pés e, em pleno mês de dezembro, um grupo de alunos fez um judas com o intuito de enforcá-lo para protestar contra a avaliação injusta do instrutor militar.<sup>31</sup> Os pouquíssimos movimentos de greve de alunos a ter registro escrito foram motivados pela não aceitação do corte de dia feriado pela direção do colégio e realizados por alunos externos. No dia 2 de julho de 1919, parte dos alunos externos fez greve devido à decisão da direção de manter aula normal, anunciada no dia anterior, apesar dos “rumores de feri-

<sup>29</sup> Em 1º de dezembro de 1929, o prefeito geral registrou: “Foi expulso o interno [nome do interno] por ter penetrado nos quartos dos padres para roubar os pontos do exame. Fizeram-se pontos novos”. Cf. GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 1929-35. p.46. Nota.

<sup>30</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 1924-8. v.3, p.124-5. Nota.

<sup>31</sup> Sobre este fato, o prefeito geral anotou: “Custou de evitar que os alunos reprovados não fizessem demonstração de protesto. Já tinham feito um judas que quiseram enforcar ‘em honra’ do Sargento-Instrutor”. *Ibidem*, p.171.

ado”.<sup>32</sup> Em 24 de maio de 1929, dia de ponto facultativo nas escolas estaduais, um grupo de externos fez greve com pichação na praça – que dizia “24 de maio, greve escolar” – piquete em frente ao colégio e discursos e passeatas pela cidade, contra a manutenção das aulas.<sup>33</sup>

Enfim, a maquinaria escolar jesuítica descartava a máxima latina “letra com sangue entra” e implementava dispositivos didáticos que incitavam o corpo discente à produção regular, vigiavam panopticamente e, quando fosse “salutar”, puniam as atitudes desviantes, estabelecendo a normalização escolar. Os padres da Companhia de Jesus, vanguardeiros da “Contra-Reforma” do século XVI e mentores intelectuais da “restauração” católica oitocentista, apostavam que as ciências e as letras eram interiorizadas pela disciplina, colocando em marcha a regulação escolar que foi sutilmente definida por um egresso de um colégio jesuíta como “a doce disciplina severa”. O fulcro da pedagogia jesuítica era conduzir a conduta do corpo discente para o trabalho intenso e obediente, cadenciado por pausas regulares e produtivas e estimulado pela emulação entre alunos e classes. Nesta economia de poder escolar, as premiações eram públicas e espetacularizadas por meio de festas de entrega de boletins e da publicação no relatório anual do colégio e nos jornais da cidade, sendo disseminadas entre as elites estaduais, ao passo que a vigilância e as punições eram privadas e restritas o tanto quanto possível aos muros do colégio e registradas no diário do prefeito geral.

As estratégias e táticas escolares que visavam produzir a subjetividade do corpo discente do Ginásio Catarinense, particularmente no internato, eram próprias de uma instituição “disciplinar” – no sentido foucaultiano – ou mesmo “total” – na acepção conferida por Goffman –, pelo fato de imprimir aos alunos ritmo de vida fechado ao mundo e extremamente transparente e regulado no seu interior, deixando-lhes pouco espaço de liberdade. As tensões entre alunos e o corpo docente e diretivo eram equacionadas de forma autoritária, em que prevalecia a hierarquia escolar e a obediência, uma “virtude” valorizada nas instituições da Companhia de Jesus. Frente à maquinaria escolar jesuítica, a possibilidade de resistência era muito reduzida e parcial, pelo fato de ser

<sup>32</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Gerol.* Florianópolis, [s.n.], 1918-20. v.1. p.60. Nota.

<sup>33</sup> GYMNASIO CATHARINENSE. *Relatório.* Florianópolis: [s.n.], p.84. GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral.* Florianópolis, [s.n.], 1929-35. v.4. p.22-5. Nota.

punida rigorosamente por micropenalidades e, em última instância, com o desligamento e a expulsão, que era um sinal simbólico de exclusão cultural e social.

Deve-se sublinhar a importância dos incitamentos na construção da subjetividade dos alunos, pelo fato de o trabalho no Ginásio Catarinense e nas instituições escolares em geral cumprir as funções produtiva e disciplinadora. De forma concomitante e interdependente, a maquinaria escolar procurava transmitir a aprendizagem de um conjunto de saberes escolares e interiorizar um comportamento específico, apoiado nos princípios do catolicismo reuropeizado e da mentalidade germânica, que valorizava o trabalho sistemático e regular e o cumprimento das leis e das normas vigentes. No entanto, a conduta obediente e produtiva não era produzida somente pelo condicionamento dos dispositivos disciplinares, mas contava com a participação ativa de cada estudante, que contribuía efetivamente na instauração da regulação. A educação escolar jesuítica procurava estabelecer um processo progressivo de autogoverno, pois entre os alunos menores eram utilizados meios mais enérgicos, mas nos últimos anos de ginásio os formandos eram estimulados e exercitados a governar-se, requisito que era considerado fundamental para exercer cargos públicos e dirigir empresas privadas.

Os incitamentos exaustivos, especialmente o sistema de premiação, a vigilância panóptica e o exame permanente e seus respectivos e detalhados registros e os castigos normalizadores, bem como os mecanismos de autogoverno, concorriam para o processo de individualização dos estudantes. O corpo discente não era uma massa indiferenciada, mas um mosaico de indivíduos com identidades no espaço, nas divisões, nas classes, tendo descritibilidade específica nos diários de aula, nos diferentes relatórios das notas, nos controles da instrução militar, no diário do prefeito geral, na ficha sanitária individual. No internato, diante da multiplicação dos mecanismos disciplinares e do estímulo ao autogoverno, em que os atos religiosos tinham importância sutil, a individualização era ainda mais acentuada e materializada, concretizando a utopia disciplinar jesuítica.

#### **Referências bibliográficas**

BARBOSA, R. *O garoto e a cidade: Florianópolis nos anos 20*. Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social, 1979.

CABRAL, O. R. *Páginas de um livro de memórias*. Florianópolis: UFSC, 1993. 218 p.

DALLABRIDA, N. *Moldar a alma plástica da juventude: a “Ratio Studiorum” e a manufatura de sujeitos letrados e católicos*. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 5, n. 8, p.133-150. 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 277 p.

GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 1918-20. v.1. Nota.

GYMNASIO CATHARINENSE. *Diário do Prefeito Geral*. Florianópolis, [s.n.], 1929-35. v.4. Nota.

GYMNASIO CATHARINENSE. *Regimento Interno*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1921.

GYMNASIO CATHARINENSE. *Relatório*. Florianópolis: [s.n.], p.84.

GYMNASIO SANTA CATHARINA. *Relatorio do anno lectivo de 1914*. Florianópolis: [s.n.], 1914.

MEDEIROS, J. S. Florianópolis, 2 out. 2000. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 2 out. 2000.

SILVA, J. F. Florianópolis, 15 out. 1978. Entrevista concedida a Reinando João Pick.

VARELA, J. *Modos de educación en la E spaña de la contrarreforma*. Madrid: La Piqueta, 1983. 307 p.

VARELA, J., ALVAREZ-URÍA, F. *La Maquinaria Escolar*. In: \_\_\_\_\_. *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1991. p.13-54. 304 p.